

VIZINHOS DE CONCRETO E FERRO: VIDAS SITIADAS

RITA VIEBRANTZ¹; TASSIELE VIEBRANTZ CASSURIAGA²; ROSANE RUBERT³

¹UFPEl – ritaviebrantz2@gmail.com

²UFPEl – viebrantzassi@gmail.com

³UFPEl – rosanerubert@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui de um desdobramento da Monografia de Conclusão de Curso, aprofundando a análise, no âmbito do Mestrado, sobre o Presídio Regional de Pelotas Hamilton da Cunha Gonçalves, situado em meio urbano. Enquanto a pesquisa anterior estabeleceu as bases de sua compreensão em termos imagéticos, a pesquisa de Mestrado procura ampliar a análise, utilizando abordagens da Antropologia Urbana, da Violência e do Direito para explorar novas dimensões e complexidades nas relações da instituição penitenciária com o seu entorno.

O PRP foi inaugurado em 1958. O bairro Santos Dumont (Vila das Corujas), localizado atrás e ao lado direito da cadeia, constituiu-se por ocupações de familiares de apenados durante as décadas de 50 e 60, logo após o estabelecimento da cadeia no local. Em 1961, nasceu o Instituto Lar de Jesus, com propósito religioso e de assistência básica, destinado ao auxílio dessas famílias em condições de vulnerabilidade social. Na atualidade, oportuniza o Ensino Fundamental dessa população. Ao lado esquerdo do presídio, encontra-se a E.M.E.F. Nossa Senhora das Dores, também oferecendo educação somente em anos iniciais. Mais adiante, situa-se a CASE - Comunidade de Atendimento Socioeducativo. A frente, a Cohab Tablada, planejada para a classe operária e construída intencionalmente, em 1968, na frente da unidade prisional com financiamento estatal. Tudo próximo e situado em uma mesma pequena rua.

A escola ao lado do cárcere, onde diariamente circulam crianças e seus responsáveis, por diversas vezes teve sua rotina interrompida em meio a assassinatos e trocas de tiros entre facções e policiais. Morador e estudante, inclusive, foram alvejados em distintas ocasiões. Nos bairros em questão, há um cerceamento duplo, de abuso e violência policial e de medo real do crime e morte entre os moradores.

Esta pesquisa busca apresentar as tensões enfrentadas pelos moradores dos bairros Cohab Tablada e Santos Dumont, que tem como principal vizinho o PRP. Para tanto, se utiliza de conceitos concebidos a partir da biopolítica de FOUCAULT (2008a, 2008b, 2005, 1987) e articulados por outros autores, para compreensão da constituição de um Estado Penal Máximo (WACQUANT 2003, 2001; SERRA, 2022, 2016, 2011) decorrentes do aumento da violência e consequente criminalização.

Procura-se evidenciar como o poder estatal opera por intermédio de “necropolíticas” (MBEMBE, 2018a, 2018b, 2017; AGAMBEN, 2007), resultando em um encarceramento em massa. Aspectos que contribuem para uma política de Estado Penal Máximo e como isso interfere e contribui para a existência e manutenção de um presídio em meio urbano, cujas noções de (in)segurança e controle dessas populações passam a ser percebidas como naturalizadas pelos próprios residentes, afetando de forma direta ou indireta seus direitos fundamentais básicos. Fugas, tiroteios, execuções, arremesso de drogas, vigilância além dos

muros prisionais e residenciais, são situações rotineiras enfrentadas pelos habitantes que circundam a cadeia. São populações marginalizadas que se encontram a mercê de decisões políticas que resultam em um encarceramento tanto físico quanto moral, intensificados por uma “cultura do medo” (CALDEIRA, 2003).

Nesse sentido, a compreensão dos diversos desdobramentos da necropolítica torna possível entender as justificativas utilizadas pelo Estado para a manutenção dessas políticas, onde o sistema penal não existe somente para punir crimes (WACQUANT, 2003, 2001). Mais do que isso, coaduna com o crescente encarceramento em massa. Tais dinâmicas se inserem em um contínuo estado de exceção/sítio (FASSIN, 2021, 2017; MBEMBE, 2018a, 2018b, 2017; AGAMBEN, 2007), caracterizando uma política de vida e morte de populações vulnerabilizadas.

“O Brasil possui a terceira maior população carcerária do mundo” (SERRA 2016, p.161), onde o outro é percebido como inimigo, marginalizado em uma “criminologia mais punitivista” (2022, 2016, 2011).

Uma crescente política de guerra às drogas, ampliou a prática de encarceramento e construção de novas unidades prisionais, atualmente em situação precária e de superlotação. Ao mesmo tempo, crimes como de colarinho branco, são abrandados, ocorrendo uma criminalização e seletividade penal, uma característica do racismo estrutural (PRADO, 2016).

Para CALDEIRA (2003), o aumento da criminalização e do encarceramento, focado em grupos específicos, contradiz o princípio de igualdade de direitos e acesso à justiça para todos os cidadãos. A segurança, em vez de ser um direito universal, torna-se um privilégio, contrariando um ideário de cidadania. Ou seja, em vez de políticas sociais que garantam direitos e reduzam desigualdades, o Estado usa a prisão para gerir a pobreza, negando oportunidades e dignidade, punindo e excluindo (WACQUANT, 2003, 2001).

Assim, este trabalho convida a uma imersão nas sombras do cárcere nesses bairros, buscando compreender as profundas marcas que essa instituição imprime na vida urbana adjacente e nas subjetividades de quem, por décadas, tem habitado a linha tênue entre a liberdade e uma prisão simbólica ou real.

2. METODOLOGIA

Está sendo realizada uma etnografia junto à vizinhança do presídio, complementada por uma autoetnografia da autora, residente há mais de cinco décadas nesse local. A partir do trabalho de campo com observações e entrevistas abertas com residentes e material proveniente de um Diário de Cenas (memórias da autora), articulados a narrativas dos moradores, pretende-se apoiar em uma revisão bibliográfica, consultas a banco de dados, referenciais teóricos e materiais de mídia eletrônica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises do Diário de Cenas, que registra experiências da pesquisadora junto a narrativas dos moradores, revelaram três aspectos centrais do impacto da prisão na vida dos moradores. O primeiro como uma naturalização da violência, como evidenciada em relatos, onde “corpos desumanizados permaneciam estirados pelas calçadas” (DIÁRIO DE CENAS, 2024). Essa naturalização do horror

dialoga com uma cultura do medo (CALDEIRA, 2003) e a lógica da necropolítica (MBEMBE, 2018a, 2018b, 2017; AGAMBEN, 2007), que opera na gestão diferencial da vida e da morte, onde a morte de certos corpos se torna parte da paisagem urbana. O segundo aspecto revela a invasão da privacidade e vigilância, quando moradores são “abruptamente abordados e coagidos mesmo em seus lares” (narrativas), estendendo o controle carcerário para além dos muros, invadindo o espaço doméstico e gerando uma “prisão invisibilizada” para os moradores, uma “zona de morte” (MBEMBE, 2017) onde a suspeição é constante. Por fim, o terceiro, em estratégias de resiliência e adaptação, quando residentes moldam suas rotinas em conformidade com as dinâmicas da instituição penal, como “evitar o horário de entrada e saída do semiaberto” ou “permanecer seguro em casa ao primeiro som de tiros” (narrativas), na tentativa de impedir confrontos.

Conforme dados do sistema prisional de agosto, atualizados diariamente (POLÍCIA PENAL, 2025), o PRP abriga 1.020 pessoas privadas de liberdade. Constitui-se por um perfil jovem (576 com idade entre 18 e 34 anos – 56,4% e 309 entre 35 e 45 anos – 30,3%), onde a maioria esmagadora sequer possui Ensino Médio Completo (911 pessoas – 89,2%), concentrando 671 pessoas com Ensino Fundamental Incompleto – 65,7%.

O perfil apresentado da população carcerária do PRP, majoritariamente jovem, pobre e com baixa escolaridade, corrobora a premissa de que o encarceramento em massa atinge seletivamente populações econômica e socialmente vulnerabilizadas. Uma realidade não tão diferente do restante das prisões do país, evidenciando um sistema que reproduz a gestão da miséria (WACQUANT, 2003).

Essa seletividade penal, que abrande crimes de colarinho branco em contraste com a severa criminalização de roubos, pequenos traficantes e usuários, revela a face mais cruel de uma “criminologia punitivista” (SERRA, 2011) que percebe o outro como inimigo. Analisando os dados apresentados e articulando com conceitos anteriores, a lógica parece repousar em uma contenção dessas pessoas a partir já de uma segregação socioespacial e educação limitada desde tenra idade, coadunando com um sistema econômico e político falho: a necropolítica que visa um controle social de pessoas descartáveis e sem perspectivas.

4. CONCLUSÕES

Nesse cenário complexo, o PRP emerge não apenas como uma estrutura física de contenção, mas como um local vivo das lógicas de criminalização e encarceramento em massa que permeiam o Brasil. As vivências dos moradores do seu entorno, atravessadas por uma “cultura do medo” e pela naturalização da violência, desvelam como as políticas de um Estado Penal Máximo se materializam no cotidiano. A lógica do encarceramento em massa e constituição de novas prisões visa um público específico de pessoas excedentes e desumanizadas, reforçando as desigualdades de uns e a manutenção de privilégios de outros.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer** – O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

CALDEIRA, T. **Cidade de Muros**: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

MBEMBE, A. **Necropolítica** - Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições, 2018a.

_____. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018b

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

POLÍCIA PENAL. **Perfil das pessoas privadas de liberdade**. 2025. Acessado em 19 ago. 2025. Online. Disponível em: <https://gestao.rs.gov.br/>

PRADO, S. **Desigualdade, revolta, reconhecimento, ostentação e ilusão**: O processo de construção da identidade de jovens em bandidos em uma Unidade Socioeducativa de Internação do Distrito Federal. 2016. 167f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

_____. Novas estratégias, mesmos fins: pensando o sistema penal contemporâneo à luz de Foucault. In: MELO, Juliana et. al (org). **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**. Natal, RN: EDUFRN, 2016. Cap.2, p.57-84.

SERRA, C. O estado de exceção militarizado no Brasil. Zona ambíguas entre forças armadas, polícias e milícias no contexto contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v.8, p.153-173. Niterói, 2022.

_____. et al. Fissuras do Estado de Direito: o dispositivo militarizado de segurança e punição no Brasil contemporâneo. In: MELO, Juliana et al. (org). **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**. Natal, RN: EDUFRN, 2016. Cap. 5, p.159-184.

_____. Cultura punitiva e sociedade escópica: algumas considerações. In: **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 1. São Paulo, 2011. Anais XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH – Associação Nacional de História, 2011. v.1.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: o novo governo da insegurança social. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.